



A VERDADE SOBRE O AUMENTO DA GASOLINA E DO ÁLCOOL

A AEPET denunciou, em entrevista coletiva realizada no último dia 11, os desmandos do Governo em relação ao aumento de preços dos combustíveis. Comprovou, por tabelas (páginas 2 e 3 deste Boletim) que o vilão está entre as distribuidoras e revendedores. A AEPET sugeriu o uso do sistema de banda, uma vez que o Governo demonstrou ter sido incompetente na liberação de preços e deixou claro que a caixa preta não é a PETROBRÁS. A entrevista foi divulgada pelas televisões Globo, Bandeirantes e SBT, além dos jornais Gazeta Mercantil, Dia e Jornal do Commercio.

Postos no Brasil cobram o dobro

Jornal do Commercio - 12/04/96

Engenheiros da Petrobras acusam: subsídios ao álcool impedem que litro da gasolina custe o dobro. O presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras (AEPET), Engenheiro Sérgio, disse, nesta terça-feira, 11, que a falta de subsídios ao álcool é uma das razões para o aumento de preços da gasolina. Segundo ele, a falta de subsídios ao álcool é uma das razões para o aumento de preços da gasolina. Segundo ele, a falta de subsídios ao álcool é uma das razões para o aumento de preços da gasolina.

À beira da falta de combustível

O Dia - 12/04/96

Petrobras só tem álcool anidro, que precisa ser misturado à gasolina, para seis dias. Governo vai importar o produto e usineiros apressam a produção para resolver o problema. Consumidores podem ficar sem combustível para abastecer seus carros se a Petrobras não conseguir misturar o álcool anidro à gasolina. O problema é que a Petrobras só tem álcool anidro para seis dias. O governo vai importar o produto e os usineiros estão apressando a produção para resolver o problema.

MTBE importado impedirá falta de gasolina

Jornal do Commercio - 12/04/96

Produto neutraliza escassez de álcool para mistura. A gasolina brasileira poderá ser misturada ao MTBE, um subproduto do processo de produção do álcool anidro, a partir do dia 20. Naveios com o produto, importado pela Petrobras, deverão chegar ao País depois do dia 15. Com isso, o governo não terá que recorrer ao abastecimento de gasolina, que está em falta em algumas regiões por causa da escassez de álcool para mistura.

Preços começam a baixar hoje

Gazeta Mercantil - 12/04/96

Varejistas acreditam que tumulto terá fim em 10 dias. O preço da gasolina começou a cair a partir de ontem, 11, e os varejistas acreditam que o tumulto terá fim em 10 dias. O preço da gasolina começou a cair a partir de ontem, 11, e os varejistas acreditam que o tumulto terá fim em 10 dias.

COMPARAÇÃO DE PREÇOS

POSTO: GASOLINA - ÁLCOOL

Campos (Engenheiro Novo)	0,612	0,498
Ton Ton (Grajaú)	0,615	0,499
Cosho Neto	0,627	0,518
Água Grande (Itajá)	0,628	0,518
Defin (V. de Carvalho)	0,628	0,518
Parque da Cidade (Gávea)	0,631	0,498
Jardim Guanabara (Rhu)	0,632	0,522
Banco (Bomavessa)	0,632	0,492
Atorres (Cascadura)	0,634	0,498
Benfics (São Cristóvão)	0,635	0,518
Santa Clara (Cocobana)	0,636	0,498
Malvino Reis (Vila Isabel)	0,637	0,498
Três Naves (G. Grande)	0,640	0,509
São Pedro (R. Comprida)	0,644	0,522

A VERDADE SOBRE O AUMENTO

Em seguida ao aumento autorizado pelo Governo, os postos de gasolina passaram a comercializar o litro de gasolina a preços que variavam de R\$ 0,62 a R\$ 0,80.

A mídia, imediatamente, acusou os segmentos de distribuição e revenda de estarem praticando preços abusivos. Estes, por sua vez, acusaram os governadores de terem provocado a elevação dos preços com aumento de imposto (ICMS).

Se o motivo da elevação do preço fosse o aumento do ICMS não haveria grandes diferenças de preços como as contadas.

A fim de buscar transparência na questão, a AEPET elaborou as tabelas 1 e 2, as quais mostram que o vilão dos exorbitantes aumentos no preço da gasolina e do álcool não foi e não é o ICMS.

A tabela 1 mostra que o preço cobrado pela PETROBRAS, das distribuidoras, por litro de gasolina já acrescido do ICMS, é de R\$ 0,46. O menor preço praticado pelos postos foi de R\$ 0,628 por litro de gasolina. Ou seja, um preço 36,5% mais caro que o cobrado pela PETROBRAS.

Este simples raciocínio mostra que o vilão dos preços abusivos cobrados por litro de gasolina do consumidor está entre as distribuidoras e os revendedores. Como as distribuidoras emitem faturas de venda de gasolina para os proprietários de postos, o Governo poderia e pode, facilmente, identificar quem é o verdadeiro vilão. Basta querer.

Em outras oportunidades, a AEPET já demonstrou que, no Brasil, a remuneração das distribuidoras é absurdamente inflacionária, na medida em que recebem por litro de gasolina uma receita bruta superior às dos postos revendedores e à da PETROBRAS, ao contrário do que ocorre, por exemplo, nos EUA.

A Associação dos Engenheiros da Petrobrás já remeteu à Presidência da República várias correspondências tratando do tema preços dos derivados de petróleo. Foram enviadas cartas ao Presidente José Sarney, ao Presidente Fernando Collor, ao Presidente Itamar Franco e podemos afirmar que o presidente Fernando Henrique Cardoso também conhece o assunto com a devida profundidade, uma vez que, quando ocupava o cargo de Ministro da Fazenda no Governo Itamar Franco, recebeu cópias das corres-

pondências enviadas ao Presidente da República.

Foram vários os falsos chavões usados para sensibilizar os deputados e senadores a votarem contra o monopólio do petróleo da União. Um deles era a tal caixa preta da PETROBRAS. Afirmavam que, com a flexibilização, os preços dos combustíveis fatalmente cairiam por meio da concorrência entre as distribuidoras e os postos revendedores.

Os aumentos dos derivados de petróleo sempre foram autorizados pelo Governo, sem qualquer participação da PETROBRAS. A ela cabia apenas obedecer e executar as determinações dos Ministérios da Fazenda e de Minas e Energia, mesmo que fossem decisões contrárias aos interesses dos seus milhares de acionistas.

Na última correspondência remetida pela Associação dos Engenheiros da Petrobrás ao Presidente Itamar Franco, anterior à criação da URV - preparação da economia para a decretação do Plano Real -, a estrutura de preços dos derivados de petróleo contemplava a matéria prima, o petróleo, com um valor correspondente a 18% do preço pago pelo consumidor.

Já na preparação para a criação da URV, ocorrida em 1º de março de 1994, o Ministério da Fazenda, então sob o comando do Sr. Fernando Henrique Cardoso, tomou medidas, no quadrimestre anterior, que resultaram numa transferência de receita da PETROBRAS para as distribuidoras. Isto aconteceu porque as distribuidoras, naquele quadrimestre, foram contempladas com reajustes 8% abaixo da inflação. E mais, em maio/95 e julho/95, o Governo concedeu aos produtores de álcool aumentos de 6%. Em ambos os casos não houve variação do preço ao consumidor. Quem pagou a conta foi a PETROBRAS que teve sua receita reduzida.

reita reduzida.

As tabelas 1 e 2 mostram claramente a intenção deste Governo de destruir a PETROBRAS. É possível visualizar a redução da receita da PETROBRAS em benefício das distribuidoras, dos empresários petroquímicos, dos produtores de álcool e, lamentavelmente, sem beneficiar os consumidores.

As tabelas mostram, de uma vez por todas, a quem interessava a chamada caixa preta. A divisão dos preços em parcelas mostrou que alguns segmentos não têm qualquer compromisso com os consumidores. O que querem é ganhar. E ganhar cada vez mais. Não

Em março de 1994, o então ministro da Fazenda FHC tomou medidas que resultaram numa transferência da receita da PETROBRAS para as distribuidoras.

TABELA 1 - ESTRUTURA DE PREÇOS

Preço por litro	0,62	0,64	0,66	0,68	0,70	0,75	0,80
Subsídio*	0,18	0,18	0,18	0,18	0,18	0,18	0,18
Matéria Prima	0,09	0,09	0,09	0,09	0,09	0,09	0,09
Petrobrás	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03
Imposto**	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16
Dist + Rev	0,16	0,18	0,20	0,22	0,24	0,29	0,34

* Subsídio à nafta, ao álcool, ao gás de cozinha

** ICMS/PIS/PASEP/IMPOSTO IMPORTAÇÃO/ROYALTIE

TABELA 2 - PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO

Preço por litro	0,62	0,64	0,66	0,68	0,70	0,75	0,80
Dist + Rev	26,0	28,1	30,40	32,50	34,3	38,7	42,4
Impostos**	25,8	25,0	24,20	23,50	22,9	21,3	20,0
Subsídios*	29,0	28,1	27,30	26,40	25,7	24,0	22,5
Matéria Prima	14,5	14,1	13,60	13,2	12,8	12,0	11,3
Petrobrás	4,8	4,70	4,5	4,4	4,3	4,0	3,8

* Subsídio à nafta, ao álcool, ao gás de cozinha

** ICMS/PIS/PASEP/IMPOSTO IMPORTAÇÃO/ROYALTIE

O DA GASOLINA E DO ÁLCOOL

importa a que preço.

Desgraçadamente, o Governo foi incompetente na liberação dos preços. Deixou de aproveitar uma idéia sua bem sucedida na prática. Trata-se da banda cambial criada para regular o valor do dólar no mercado. A banda estabelece uma faixa de variação do dólar.

A liberação de preços sem o estabelecimento de regras claras, sem as definições dos direitos, das obrigações, e das punições, etc., significa apostar no caos, na desordem, no salve-se quem puder.

E isto ficou comprovado no recente aumento de 10% para o álcool e a gasolina, autorizado pelo Governo brasileiro. As autoridades, inclusive, acenaram com a possibilidade de redução de preços, por meio da concorrência entre as distribuidoras e os postos, quando o que se viu foi uma corrida desenfreada de empresários praticando aumentos abusivos, superiores a 30%.

Os malefícios desta absurda decisão são imensuráveis e já se fazem sentir. Primeiro, coloca em risco o Plano Real, uma vez que uma enxurrada de aumentos deverá acontecer: os feirantes transferindo o aumento para os hortifrutigrangeiros, os motoristas de táxi aumentando a bandeirada, os fretes sendo aumentados, os profissionais autônomos repassando o custo para os clientes, as auto-escolas aumentando o valor da hora aula, os transportes escolares sendo reajustados. E, finalmente, coloca em descrédito total o Congresso Nacional junto à sociedade, na medida em que transparece que o aumento foi em pagamento dos votos da bancada dos usineiros a favor das reformas.

Esperamos que o Governo tenha aprendido a lição e, desde já, defina, com absoluta clareza e transparência, uma política de preços para os combustíveis beneficiando a sociedade e não as distribuidoras, os usineiros, os empresários petroquímicos.

E isto é fácil. Basta querer fazer.

O Governo pode criar bandas de preços para os refinadores, para as distribuidoras e para os proprietários de postos, estabelecendo, com uma dezena de artigos, uma lei regulando os preços dos combustíveis. E, aí sim, pode liberar os preços porque terá como punir práticas abusivas contra a economia popular e a formação de cartéis, na medida em que há uma regra conhecida e que deve ser respeitada por todos.

A divisaõ dos preços dos combustíveis mostrou que alguns segmentos não tem qualquer compromisso com os consumidores. O que querem é ganhar.

Não adianta agora o Governo ameaçar punir quem está praticando preço alto. Afinal, preço alto em relação a que? O Governo definiu algum parâmetro de preço? Estabeleceu regras? Não. Então como punir?

Se o preço da gasolina está liberado o limite será o mercado. E isto, no momento atual, é bastante preocupante, pois, o álcool anidro estocado não é suficiente para ser misturado com a gasolina, na proporção de 22 partes de álcool e 78 partes de gasolina.

Então, o que vai acontecer?

As distribuidoras, sem álcool suficiente para misturar com a gasolina, terão dificuldades cada vez maiores de atender as quantidades de gasolina demandadas pelos postos revendedores e valorizarão o produto com aumento de preço. Por sua vez, os postos sentindo a dificuldade das distribuidoras em fornecer o produto também valorizarão os seus estoques. O limite, na medida em que não há regras, será o mercado.

É, portanto, fundamental a elaboração de uma lei regulando os preços dos derivados de petróleo. Este é o momento ideal para a mídia, de uma vez por todas, abrir a famosa caixa preta, que nunca foi da PETROBRAS.

Se esta lei (veja página 4) estivesse vigorando, os aumentos de preços seriam ordenados e os consumidores poderiam, com uma simples conta, denunciar abusos de empresários inescrupulosos.

Se esta Lei estivesse vigorando e se a gasolina não tivesse de subsidiar os usineiros e os empresários petroquímicos, a PETROBRAS cobraria das distribuidoras R\$ 0,28 por litro (0,09)+(0,03)+(0,16), que são, respectivamente, as remunerações da matéria prima, da PETROBRAS e dos impostos. Por sua vez, as distribuidoras venderiam gasolina para os postos revendedores cobrando, no máximo, R\$ 0,29 (1,03 x 0,28). Finalmente, os postos venderiam a gasolina para os proprietários de carro cobrando, no máximo, R\$ 0,31 por litro (1,08 x 0,29).

Curiosamente, este valor de 31 centavos de reais por litro de gasolina é muito próximo do preço pago pelos consumidores norte-americanos, conforme publicação da revista Fortune, em anexo.

Muitas vezes os jornais publicam cartas ou entrevistas ou artigos e, até mesmo, editoriais, onde se indaga: por que os consumidores norte-americanos pagam US\$ 0,31 por litro de gasolina, enquanto nós, brasileiros, pagamos mais do dobro?

Ora, nos EUA, as receitas das distribuidoras e dos postos revendedores somadas equivalem a 7% do preço pago pelos consumidores, enquanto, no Brasil, conforme a tabela 2, varia de 26,0% até 42,4%. Isto é, no Brasil, as receitas das distribuidoras e dos proprietários de postos, embora os custos com salário sejam bem mais baixos, variam de 3,7 vezes a 6,1 vezes maior que as receitas dos correspondentes nos EUA.

A não definição de uma regra de preços clara, transparente e objetiva significa uma relação promíscua do Governo com os grupos dominantes.

Criar um superdepartamento de petróleo para regular as atividades petrolíferas é pretender manter a tal caixa preta.

DIRETORIA DA AEPET

TABELA 3 - ESTRUTURA DOS EUA

PRICE AT THE PUMP: WHERE THE MONEY GOES...

...At \$ 1,10 a gallon Based on a crude oil price of 18 a barrel

Crude oil	refining and transport	wholesaler	retailer	State and federal taxes	Old price
43 c	32 c	2 c	6 c	27 c	\$ 1,10
$(39,1\% + 29,1 = 68,2\%)$					
$(1,8\% + 5,5\% = 7,3\%)$					
$(24,5\%)$					

...At \$ 1,28 1 gallon Based on a crude oil price of \$ 24 a barrel

Crude oil	refining and transport	wholesaler	retailer	State and federal taxes	New price
57 c	35 c	4 c	5 c	27 c	\$ 1,28
$(44,5\% + 27,3 = 71,8\%)$					
$(3,1\% + 3,9\% = 7,0\%)$					
$(21,2\%)$					

PROPOSTA:

Artigo 1º - Os custos e lucros dos refinadores fornecedores dos preços de venda às distribuidoras têm como limites os do mercado internacional.

Artigo 2º - As cargas tributárias (impostos e subsídios) incidentes sobre os combustíveis devem ser aprovadas pelo Congresso Nacional.

Artigo 3º - Os refinadores acrescentarão aos seus custos e lucros os tributos governamentais (impostos e subsídios), definindo os preços de venda às distribuidoras e a outros clientes.

Artigo 4º - As distribuidoras, de acordo com os custos incorridos e com os lucros pretendidos, poderão agregar ao preço uma quantia equivalente a até 3% do preço paga aos refinadores.

Artigo 5º - Os proprietários de postos poderão comprar os derivados de petróleo das distribuidoras ou diretamente dos refinadores (livre concorrência - inciso IV do art. 170 da Constituição).

Artigo 6º - Os proprietários de postos, de acordo com os custos por eles incorridos e com os lucros pretendidos, poderão agregar ao preço uma quantia equivalente a até 8% do preço pago às distribuidoras ou aos refinadores, estabelecendo-se, então, os preços de venda aos consumidores.

Artigo 7º - A nafta petroquímica produzida pelos refinadores brasileiros será comercializada a um preço nivelado pelo mercado internacional.

Artigo 8º - A importação de nafta será responsabilidade dos empresários petroquímicos.

Artigo 9º - A comercialização de álcool anidro e de álcool hidratado deverá ser diretamente entre os produtores de álcool, as distribuidoras e os proprietários de postos revendedores.

Parágrafo Único - Os produtores de álcool poderão usar as instalações da Petrobras (oleodutos, navios, tanques, etc.), mediante pagamento de taxas.

Artigo 10º - O Departamento Nacional de Combustíveis fiscalizará o cumprimento fiel desta lei, podendo aplicar contra os infratores multas variando desde R\$ 300.000 até R\$ 2,0 bilhões.

§ Único - O Governo escolherá por Estado uma distribuidora e um posto, como padrão de referência, que terão os seus custos auditados, de modo a permitir o DNC coibir a formação de oligopólios e práticas de preços abusivos contra a economia popular.

BOTARAM O BODE

Alguns jornais nos consultaram sobre as razões do aumento dos combustíveis. Conhecemos o Sr. Velloso Lucas desde que era Secretário de Indústria e Comércio do governo Collor (aliás, os 2º e 3º escalões do Collor estão todos a postos, alguns em lugares diferentes, mas lá). O aumento tem algumas explicações:

- 1) É preciso preservar o Proálcool, pelo menos até o final das reformas da Ordem Econômica. Afinal, os alcooleiros têm um acervo de mais ou menos 200 votos. Terminadas as reformas, o álcool vai para o espaço sideral. As seis irmãs aceitariam um programa deficitário que ainda concorre com a gasolina? Lógico que não. Elas querem comprar a PETROBRAS sem esses penduricalhos.
- 2) Elas querem o reajuste de preços agora, antes da consecução do seu plano de privatização, para retirar de si o ônus dos aumentos.
- 3) Elas querem refazer o caixa da PETROBRAS para ela investir nos campos gigantes e quando a privatização se consumir, no plano delas não no nosso, os riscos e altos investimentos já tenham ocorrido.
- 4) Aumentar ainda mais sua margem de lucro para comprar a PETROBRAS com o próprio retorno da atividade.

Mas houve uma "falha" de estratégia. Como aconteceu na

Argentina e Chile, elas querem também adquirir os postos mais rentáveis e liquidar os demais. A idéia era fazer "dumping" dos postos mais fortes, já desnacionalizados, contra os mais fracos. Só que não houve isto. Todo mundo elevou os preços acima de 14%. Ai é que está o bode. A meu ver, pretendem um impacto na opinião pública para depois recuar, numa posição de bom mocismo. E, como declarou Velloso Lucas, a idéia era de que os preços baixariam. Creio que ainda é. Vão tirar o bode, ou seja, reduzir o aumento e os consumidores ficarão satisfeitos. Farão promoções numa "competição saudável" e quebrarão os postos periféricos que faltam. Aí, comprarão os postos estratégicos que ainda não lhes pertencem e gradativamente a cartelização retomará com os aumentos para chegar ao nível que eles querem, se possível, pondo a culpa na PETROBRAS. Aliás, vale lembrar que haverá falta de álcool anidro em abril/maio. O Governo aproveitará o ensejo, obrigará a PETROBRAS a reduzir seus estoques estratégicos para causar uma falta geral de combustíveis e, mais uma vez, jogar a opinião pública contra a Estatal. **Maquiavel deve estar feliz com seus pupilos.**

Fernando Leite Siqueira
Presidente

Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET)

Av. Almirante Barroso, 22 - 19º andar - Centro - RJ - CEP: 20031-000 - Tel.: 220-4774 - Fax: 262-9224

BOLETIM DA AEPET

■ Edição Eletrônica: Graphis Comunicação & Design - Tel.: 220-2566 ■ Jornalista Responsável: Celeste Cintra